

Extrativismo ganha força

Nilton Claudino

■ Crise dos seringais levou à exploração auto-sustentável no Acre, sonho de Chico Mendes

FRANCISCO LUIZ NOEL

Mais importante legado da mobilização personificada pelo líder seringueiro Chico Mendes, assassinado há 10 anos na pequena Xapuri (AC), as reservas extrativistas criadas a partir de 1990 no Acre deitam raízes em oito décadas de decadência econômica e de criatividade popular. Sem a crise dos seringais, aberta nos anos 10 pela emergência da Malásia no mercado mundial, os migrantes nordestinos à míngua na mata não teriam travado com a floresta um novo tipo de relacionamento – semente de um modelo de exploração auto-sustentável da Amazônia que tem seu fruto mais bem acabado nas reservas pregadas por Chico Mendes.

O foco de luz jogado sobre a extração do látex da borracha no Acre vem da tese de doutorado do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, 49 anos, defendida em novembro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em *Geografando os varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*, Carlos Walter analisa com minúcia a história dos seringais e conclui que a reinvenção do trato com a floresta, desafio imposto aos seringueiros pela bancarrota da borracha, foi vital para fazer das reservas a meta do movimento liderado por Chico Mendes, assassinado em 23 de dezembro de 1988.

Fórmula – As reservas extrativistas, inspiradas nas indígenas, foram a fórmula encontrada pelos seringueiros para permanecer na floresta, livres dos conflitos fundiários que sacudiam o Acre desde os anos 70. Amigo de Chico Mendes e ex-assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros, criado em 1985, Carlos Walter Porto Gonçalves conta, porém, que seringueiros, antropólogos e outros aliados do movimento consumiram anos para descobrir que o melhor modelo para a reforma agrária na floresta eram as reservas extrativistas – áreas da União cedidas em lotes de mata aos seringueiros, responsáveis pela gestão coletiva.

Com as reservas, os seringueiros saíram do dilema fundiário imposto no Acre até o fim dos anos 80: render-se à expansão a ferro e fogo das fazendas dos paulistas – alcunha que davam a todos os fazendeiros recém-chegados – ou lutar por lotes agrícolas do Incra. Sinal de que a primeira hipótese estava fora de cogitação são os nada menos de 123 conflitos fundiários no estado entre 1970 e 90 – entre eles, o que levou ao assassinato de Chico Mendes pelos fazendeiros Darli e Darci Alves. Em relação à segunda alternativa, lembra Carlos Walter, por muitos anos os lotes do Incra foram referência de luta do movimento, defendidos pela esquerda católica do estado.

Para Carlos Walter Porto Gonçalves, presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Chico Mendes fez das reservas sua bandeira de luta porque encarnava anseio atávico do seringueiro, que queria ver no Estado o guardião de sua colocação (território que cabe a cada um na mata). “A Igreja achava que o Chico recusava os lotes porque era comunista”, diz o geógrafo. “Mas o seringueiro pode, por exemplo, ir à caça na colocação do outro. A cultura seringueira não tem a noção da propriedade privada com cerca entre as colocações. É como se o Chico não quisesse terra, mas território.”

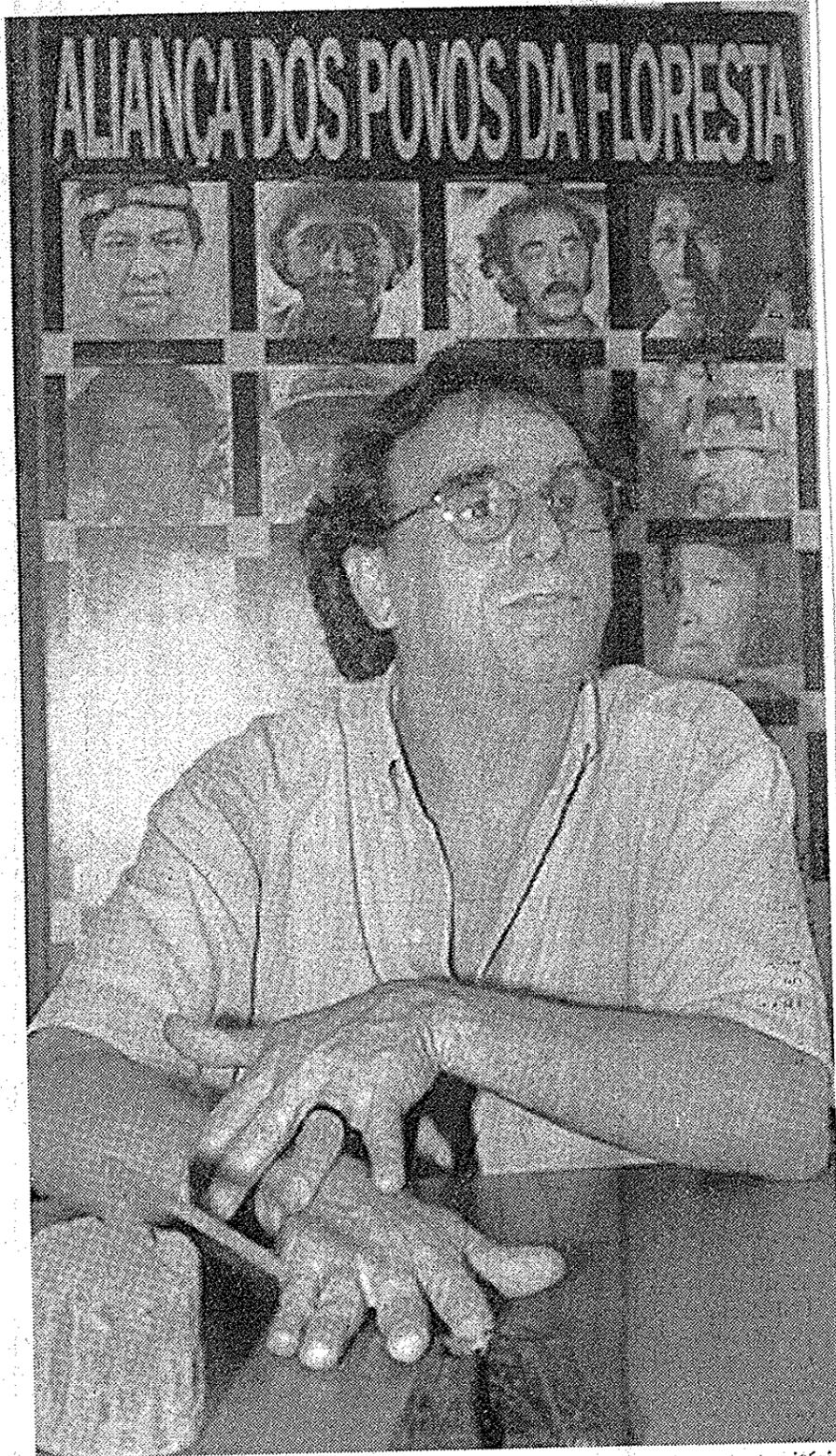
Diversificação – Com as reservas, que tiveram como precursores os projetos de assentamentos extrativistas (Paex), a partir de 1987, os seringueiros viram-se livres dos paulistas para desenvolver atividades que seus pais aprenderam desde o fim do ciclo da borracha, na segunda década do século. No 1 milhão de hectares da 11 reservas da Amazônia – quatro, no Acre –, os seringueiros não só extraem o látex como mantêm roças de subsistência, criam pequenos animais e coletam frutos como o cupuaçu, o açaí e a nutritiva castanha-do-Pará. “Se você incorpora a castanha à merenda escolar no Brasil, você defende os povos da floresta”, exemplifica Carlos Walter Porto Gonçalves.

O uso diversificado da floresta vem dos tempos dos coronéis de barranco, seringalistas falidos que mantiveram o poder político dos anos 20 ao fim dos 60 no Acre, auxiliados por incentivos governamentais. Como não tinham como prover de mantimentos os seringais, os coronéis permitiram que os seringueiros se lançassem a outras atividades na mata, além da extração do látex, que antes era exclusiva nos seringais. Foram décadas de declínio econômico, só interrompido pela demanda por borracha na 2ª Guerra Mundial, em que os seringueiros beberam também no conhecimento dos índios sobre a mata.

Origens – A longa reinvenção do relacionamento com a Floresta Amazônica, que ganhou vazão nas reservas extrativistas pregadas por Chico Mendes, ocorreu em movimento inverso ao do auge da borracha no Acre, dos anos 70 do século passado à década de 10 do atual – em 1912, pela última vez o Brasil liderou o ranking mundial da produção, com 40 mil toneladas. O símbolo do apogeu, assinala Carlos Walter, era o chamado seringal-empresa, em molde capitalista, patrocinado do Pará por casas comerciais de Belém, ligadas a compradores de países como a Inglaterra e a França.

Os seringueiros, migrantes tocados pela seca dos sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, não podiam plantar sequer um pé de couve, constituir família nos seringais nem ter mulheres – imposições feitas a pretexto de não prejudicar o ritmo de produção do látex no seringal-empresa. “A preocupação não era constituir uma sociedade no Acre, mas um mercado”, resume Carlos Walter. “A mentalidade de todos era enricar. Dizia-se que o único crime que se comete na Amazônia é não voltar rico de lá.”

Como quase nenhum saiu do seringal enriquecido com o ouro negro da seringa, os milhares que ficaram lançaram as bases da sociedade do Acre – único pedaço do Brasil conquistado por brasileiros e, orgulho adicional, front dos soldados da borracha durante a guerra contra o nazi-fascismo. “No imaginário brasileiro, foi como se o seringueiro tivesse deixado de existir. Mas o período dos anos 20 aos 40 foi o mais fértil da história do Acre. Os seringueiros reinventaram a relação com a floresta, se territorializaram”, afirma Carlos Walter, apontando o fim da monocultura da seringa, a constituição de famílias e o intercâmbio com os índios como os pilares em que se assentou a sociedade acreana.



Walter Porto revela em sua tese que os seringueiros não querem terra, mas território

Acre terá mercado verde

EDMILSON FERREIRA
Agência JB

RIO BRANCO – O governador eleito do Acre, Jorge Viana, mandou ontem um recado aos participantes do 5º Encontro Nacional dos Seringueiros, que termina hoje em Xapuri, 120 quilômetros ao sudeste de Rio Branco: o desenvolvimento sustentado será a base da economia do estado. Por esse prisma, revitalizar e modernizar o extrativismo será o primeiro passo para a criação do mercado verde proposto por Viana. O governo estadual, segundo o economista Gilberto Siqueira, assessor do PT, vai implantar uma política ostensiva de recuperação dos seringais nativos, industrialização, comércio da produção e estabelecimento de uma fase de transição para que as comunidades extratoras possam absorver o impacto da modernização.

Era exatamente o que os seringueiros de Xapuri queriam ouvir. Um dia antes da abertura do encontro, o presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Atanagildo Matos, disse que as lideranças extrativistas iriam exigir definição de uma política para o setor, completamente abandonado nas três últimas décadas.

Êxodo – Esse abandono, lembra Atanagildo, foi responsável pelo maior êxodo rural da história da Amazônia: mais de 100 mil famílias abandonaram os seringais e castanhais e foram viver nas cidades, elevando para 72 mil o número de desempregados em Rio Branco, cidade com 228 mil habitantes. Conforme informou Siqueira ao **JORNAL DO BRASIL**, o Acre passará a contar com uma política clara de extrativismo, “o que se refletirá em toda a Amazônia”.

“O nosso extrativismo orienta a política ambiental nos outros estados”, disse ele, provável secretário de Planejamento do novo governo. Os produtos da floresta, inclusive a madeira, terão o Selo Verde, um certificado de qualidade e de origem. O Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), que normatizou o selo a partir de pesquisas da Universidade Federal do Acre, Embrapa, Universidade de Brasília e outras instituições, está treinando certificadores para avaliar os produtos candidatos ao certificado.

Cipó – O Selo Verde é uma das etapas do processo de recuperação do extrativismo. O CTA identificou e domesticou 15 produtos agroflorestais, todos com pré-análise aprovada de mercado. “Com cipó é possível fazer excelentes e bonitas mobílias”, disse Siqueira. Entre os produtos domesticados não se incluem as frutas tropicais, como o açaí e o cupuaçu.

O futuro governador acreano vai propor

uma parceria ao governo federal, especialmente interessado na matéria, para garantir a compra dos produtos florestais até um ajustamento do mercado. Uma das idéias é ampliar o Programa Amazônia Solidária, que em 1998 investiu US\$ 11 milhões no extrativismo nos estados do Norte. Se mantidos os níveis de investimentos acima desse valor, em fomento, modernização e crédito, é possível que até o final de 1999 o setor já comece a respirar aliviado. O Conselho Nacional de Seringueiros prevê prazo mínimo de três anos para a atividade começar a dar sinais de recuperação.

Reforma agrária – O encontro de Xapuri condenou o modelo de reforma agrária pretendido para as unidades extrativistas. O CNS chegou a coordenar uma manifestação semana passada, dois dias antes do evento, na superintendência do Incra no Acre.

Cerca de 30 famílias tomaram o escritório para protestar contra a intenção de se assentarem parceiros no Seringal Caquetá, experiência de assentamento misto (agricultores e seringueiros) contestada pelo CNS. A Ouidoria Agrária do Tribunal de Justiça interveio e o processo está sendo revisto. “Já existe um modelo de reserva extrativista, que não pode ser modificado ou confundido. O modelo proposto só gera desmatamento”, analisa Antonio Pacaya, do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do Ibama.

Pneu verde – Segundo o projeto petista, baseado em antiga reivindicação do CNS, o Acre estabelecerá uma parceria comercial com as multinacionais do setor de pneus. O governador Jorge Viana e a senadora Marina Silva se reuniram com representantes da Pirelli em agosto passado e traçaram o plano de implementação do pneu verde, com tecnologia ultra-avançada de industrialização do látex da região.

A multinacional já mantém contrato com a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex) mas a qualidade da borracha ainda não é a desejável.

O CNPT, que difunde no Acre a tecnologia Tecbor de defumação da borracha, propôs a Jorge Viana implementar as medidas visando dobrar em quatro anos a produção dos seringais, hoje em torno de 2,5 mil toneladas anuais, segundo o próprio governador eleito. “Se conseguir chegar a 3 mil toneladas por ano já está de bom tamanho”, disse Vilani Alves, coordenadora do CNPT.

O Brasil, segundo o Ibama, produz apenas 20% do que consome. Apenas em artefatos são utilizados 126 mil toneladas de borracha, segundo dados de 1995, última pesquisa sobre extrativismo. “Em 1940, a Amazônia produzia 10 toneladas. Hoje produz menos de 5 mil por ano.”